



Cascais
Câmara Municipal

**CARTA DE
DESPORTO**
DO CONCELHO DE CASCAIS

RELATÓRIO I
CAPÍTULOS 1 A 6
DEZEMBRO 2009

PERCURSO



estudos e processos de investigação e de
engenharia social, Lda

FICHA TÉCNICA



Promotor:

Câmara Municipal de Cascais
Departamento de Planeamento Estratégico
Divisão de Planeamento de Infra-estruturas, Equipamentos e Mobilidade

Elaboração do Estudo / Adjudicatário:

Consórcio Percurso / Investiga

Direcção:

António d'Orey Capucho
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Coordenação:

Vitor Guerreiro da Silva, Mestre Arquitecto Paisagista
Director do Departamento de Planeamento Estratégico

José Eugénio Lopes Rosa, Engenheiro Civil
Chefe da Divisão de Planeamento de Infra-estruturas, Equipamentos e Mobilidade

Colaboração:

João Bento Vitorino, Gestor de Desporto
Director do Departamento de Desporto

Vitória Lopes, Arquitecta
Chefe do Gabinete de Infra-estruturas Desportivas

Participação:

Departamento de Planeamento Estratégico
Carlos Filomeno Santos, Geógrafo
Carlos Santos, Gráfico

João Montes Palma, Arquitecto
Luís Miguel Oliveira, Arquitecto
Marília Gomes da Silva, Jurista
Paulo Tinoco Mendes, Arquitecto
Rita Batalha de Sousa, Engenheira Civil
Sara Dias, Engenheira do Ambiente



Colaboração institucional de outras Unidades Orgânicas da CMC:

GIED - Gabinete de Infra-estruturas Desportivas

GEST - Gabinete de Estatística

GSIG - Gabinete do Sistema de Informação Geográfica

ÍNDICE

Volume I

1. A CARTA DE DESPORTO NO CONTEXTO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.1
1.1 O CONCEITO DE DESPORTO	1.1
1.2 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E TERRITÓRIO	1.3
1.3 RAZÃO E OBJECTIVOS DA CARTA DE DESPORTO	1.5
1.4 A CARTA DE DESPORTO DE CASCAIS ENQUANTO INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	1.7
1.5 LINHAS ORIENTADORAS	1.8
2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	2.1
2.1 METODOLOGIA UTILIZADA	2.1
2.2. CARACTERIZAÇÃO DA REDE	2.2
2.3. ENUNCIÇÃO DA ESTRATÉGIA	2.5
3. CONCEITOS E CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO	3.1
3.1. CONCEITOS	3.1
3.2. NATUREZA DOS EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	3.2
3.3. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS DESPORTIVOS: TIPOLOGIA E FUNÇÃO	3.5
3.4 CRITÉRIOS E NORMAS DE PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	3.9
3.4.1. PRINCÍPIOS GERAIS	3.9
3.4.2 STANDARDS APLICÁVEIS AOS EQUIPAMENTOS DE BASE FORMATIVOS	3.10
3.5 TIPOLOGIA DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	3.12
3.6 QUALIDADE DA COBERTURA	3.13
4. CONTEXTO EUROPEU	4.1
4.1 CARTA EUROPEIA DO DESPORTO (CED)	4.1
4.1.1 OBJECTIVOS DA CED	4.1



4.1.2	ORIENTAÇÕES DA CED	4.2
4.2	A SITUAÇÃO DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU	4.4
5.	RETRATO SÓCIO-TERRITORIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	5.1
5.1.	ESTRUTURA TERRITORIAL	5.1
5.1.1.	CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO	5.1
5.1.1.1	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	5.1
5.1.1.2	MODELOS ESTRUTURANTES	5.5
5.1.2.	RETRATO SOCIO-CULTURAL	5.7
5.1.3.	ESPACIALIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA	5.13
5.2.	ESTRUTURA SOCIO-DEMOGRÁFICA	5.15
5.2.1	EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA	5.15
5.2.2.	CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA	5.17
5.3.	CENÁRIO SÓCIO-ECONÓMICO	5.18
5.3.1.	PANORAMA ECONÓMICO DO CONCELHO	5.18
5.3.1.1	TECIDO EMPRESARIAL	5.18
5.3.1.2	PERFIL ECONÓMICO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	5.19
5.3.1.3	POPULAÇÃO SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA	5.20
5.3.1.4.	POPULAÇÃO COM ACTIVIDADE ECONÓMICA	5.20
5.3.1.5.	FLUXOS PENDULARES	5.20
5.3.2.	EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	5.22
5.3.3.	ACÇÃO SOCIAL	5.23
5.3.3.1	POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	5.23
5.3.3.2	HABITAÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE CASCAIS	5.25
5.4.	HIPÓTESE DE EVOLUÇÃO FUTURA DA POPULAÇÃO	5.26
5.4.1.	TENDENCIAS EVOLUTIVAS	5.26
5.4.2.	MODELO ESPACIAL DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	5.28
6.	CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	6.1
6.1.	PRINCIPIOS METODOLÓGICOS	6.1
6.1.1	CRITÉRIOS DE BASE	6.1

6.1.2 METODOLOGIA DA ANÁLISE ESPACIAL DA REDE	6.2
6.1.2.1 CRITÉRIO 1 – COBERTURA POR FREGUESIA	6.3
6.1.2.2 IRRADIAÇÃO	6.3
6.2 ANÁLISE DA COBERTURA POR FREGUESIA	6.4
6.2.1 CARACTERIZAÇÃO GLOBAL	6.4
6.2.1.1 COBERTURA GERAL	6.4
6.2.1.2 ADU / FREGUESIA	6.4
6.2.1.3 ADU/HAB/ FREGUESIA	6.5
6.2.1.4 INCIDÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE BASE FORMATIVA	6.7
6.2.2 EQUIPAMENTOS DE BASE	6.8
6.2.2.1. GRANDES CAMPOS DE JOGOS	6.9
6.2.2.2 PISTAS DE ATLETISMO	6.12
6.2.2.3 PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS	6.14
6.2.2.4 CAMPOS DE TENIS	6.19
6.2.2.5 PAVILHÕES E SALAS DE DESPORTO	6.25
6.2.2.5a PAVILHÕES E SALAS DE DESPORTO	6.25
6.2.1.6 PISCINAS	6.32
6.2.1.6a TANQUES COBERTOS – COBERTURA GLOBAL	6.32
6.2.1.6b TANQUES DESCOBERTOS	6.35
6.2.1.6c BALANÇO	6.37
6.2.3 EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS	6.39
6.2.4. EQUIPAMENTOS APTOS PARA O DESPORTO ESPECTÁCULO	6.41
6.3 ANÁLISE ESPACIAL DA REDE DE BASE FORMATIVA - CRITÉRIO DE IRRADIAÇÃO	6.42
6.3.1 GRANDES CAMPOS DE JOGOS	6.42
6.3.1.1 HABITANTES / GRANDE CAMPO DE JOGOS	6.42
6.3.1.2 ADU TOTAL POR ÁREA DE INFLUÊNCIA	6.43
6.3.1.3 ADU/HAB POR ÁREA DE INFLUÊNCIA	6.44
6.3.1.4 COBERTURA POR FREGUESIA	6.45
6.3.2 PISTAS DE ATLETISMO	6.46
6.3.3 PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS	6.47

ÍNDICE DE FIGURAS (MAPAS ILUSTRATIVOS)

CAPÍTULO 5. RETRATO SÓCIO-TERRITORIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

Figura 5.1: Simulação da distribuição da população de Cascais – 1 dot = 1 habitante (Censos 2001)

Figura 5.2: Total da População Residente por Subsecção Estatística (Censos 2001)

Figura 5.3: Densidade Populacional por Subsecção Estatística (Censos 2001)

Figura 5.4: Modelo dos “4 eixos”

Figura 5.5: Zonamento estruturante – zonas de referência geográfica

Figura 5.6: População das zonas geográficas

Figura 5.7: Densidade populacional das zonas geográficas

Figura 5.8: Zonamento segundo as aglomerações urbanas

Figura 5.9: População das aglomerações urbanas

Figura 5.10: Densidade populacional das aglomerações urbanas

Figura 5.12: Hipótese de evolução futura da população

Figura 5.13: Acréscimo populacional das aglomerações urbanas

Figura 5.14: Hipótese de densidade populacional no futuro

CAPÍTULO 6. CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Fig. 6.1 Distribuição dos grandes campos de jogos – cobertura global (formativos + recreativos)

Fig. 6.2 Distribuição dos grandes campos de jogos de natureza formativa e respectiva área servida

Fig. 6.3 Distribuição das pistas de atletismo – cobertura global (recreativos)

Fig. 6.4 Distribuição dos pequenos campos de jogos – cobertura global (formativos + recreativos)

Fig. 6.5 Distribuição dos pequenos campos de jogos de natureza formativa e respectiva área servida

Fig. 6.6 Distribuição dos complexos de campos de ténis – cobertura global (formativos + recreativos)

Fig. 6.7 Distribuição dos campos de ténis de natureza formativa e respectiva área servida

Fig. 6.8 Pavilhões e Salas de Desporto – cobertura global (formativos + recreativos)

Fig. 6.9a – à esquerda – distribuição dos pavilhões de natureza formativa e respectiva área servida

Fig. 6.9b – distribuição do conjunto de pavilhões e salas de desporto e respectiva área servida

Fig.6.10 - piscinas – cobertura global (formativos + recreativos)

Fig. 6.11 Distribuição das piscinas de natureza formativa e respectiva área servida

- Fig. 6.12 Tanques descobertos – cobertura global (recreativos)
- Fig. 6.13 Habitantes / Grande Campo de Jogos
- Fig. 6.14 Distribuição da ADU dos Grandes Campos de Jogos
- Fig. 6.15 Cobertura ADU / hab. Nos Grandes Campos de Jogos
- Fig. 6.16 – Cobertura das Freguesias.
- Fig. 6.17 - Habitantes / Pequeno Campo de Jogos
- Fig. 6.18 - Distribuição da ADU nos Pequenos Campos de Jogos
- Fig. 6.19 - Cobertura ADU / hab. nos Pequenos Campos de Jogos
- Fig. 6.20 - Cobertura das Freguesias.
- Fig. 6.21 - Habitantes / Pavilhões + Salas de Desporto
- Fig. 6.22 - Distribuição da ADU total
- Fig. 6.23 Relação ADU / hab.
- Fig. 6.24 Cobertura das Freguesias por Salas e Pavilhões Desportivos
- Fig. 6.25 Habitantes / Pavilhão
- Fig. 6.26 Distribuição da ADU
- Fig. 6.27 ADU / hab.
- Fig. 6.28 Cobertura de Freguesia por Pavilhões Desportivos
- Fig. 6.29 Habitantes / Piscina coberta
- Fig. 6.30 Distribuição da ADU, Piscinas
- Fig. 6.31 ADU / hab., Piscinas
- Fig. 6.32 Cobertura de Freguesia por Piscinas



ÍNDICE DE QUADROS – VOLUME 1

CAPÍTULO 2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Quadro 2.1 – Técnicas desenvolvidas no âmbito da Abordagem Diagnóstica da Rede de Equipamentos Desportivos do Concelho de Cascais

CAPÍTULO 3. CONCEITOS E NORMATIVAS

Quadro 3.1: Definição dos Indicadores

Quadro 3.2: Estrutura e Hierarquia dos Espaços de Actividade Desportiva

Quadro 3.3: Classificação dos Espaços Artificiais / Equipamentos de Base

Quadro 3.4: Classificação dos Espaços Artificiais/Equipamentos Especiais

Quadro 3.5: Variáveis Específicas na programação dos equipamentos desportivos

Quadro 3.6: Caracterização dos Equipamentos Desportivos de Base – Formativo

Quadro 3.7: Hierarquização dos Equipamentos Desportivos

Quadro 3.8: Limites de variação

CAPÍTULO 5. RETRATO SÓCIO-TERRITORIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

Quadro Síntese: Retrato Sócio-Territorial por Freguesia e por Zona de Referência

CAPÍTULO 6. CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Quadro 6.1 – ADU dos Equipamentos por Freguesia Cobertos e Descobertos (m²)

Quadro 6.2 – ADU/Habitante dos Equipamentos por Freguesia (m²)

Quadro 6.3 – Grandes campos de jogos, com características formativas

Quadro 6.4 – Grandes campos de jogos, com características recreativas

Quadro 6.5 – Pistas de atletismo, com características recreativas

-
- Quadro 6.6 – Campos de Pequenos Jogos, com características formativas
 - Quadro 6.7 – Campos de Pequenos Jogos, com características recreativas
 - Quadro 6.8 – campos de Ténis, com características formativas
 - Quadro 6.9 – campos de Ténis, com características recreativas
 - Quadro 6.10 – Pavilhões Desportivos, com características formativas
 - Quadro 6.11 – Salas de Desporto, com características formativas
 - Quadro 6.12 – Salas de Desporto, com características recreativas
 - Quadro 6.13 – Tanques cobertos, com características formativas
 - Quadro 6.14 – Tanques cobertos, com características recreativas
 - Quadro 6.15 – Tanques descobertos, com características recreativas
 - Quadro 6.16 – Dados Globais de Piscinas, por freguesia, m2, cobertura e ADU
 - Quadro 6.17 – Equipamentos Especializados
 - Quadro 6.18 – Equipamentos Cartografados



ÍNDICE DE GRÁFICOS, VOLUME 1

CAPÍTULO 4. A SITUAÇÃO DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

Gráfico 4.1 – How much time do you spend sitting on usual day?

Gráfico 4.2 – In the last 7 days, how much physical activity did you get at work?

Gráfico 4.3 – In the last 7 days, how much physical activity did you get work in and around your house?

Gráfico 4.4 – In the last 7 days, how much physical activity did you get when moving from place to place?

Gráfico 4.5 – In the last 7 days, how much physical activity did you get for recreation sport and leisure-time activities?

Gráfico 4.6 – How often do you exercise or play sport?

Gráfico 4.7 – You do not practice a sports activity mainly because...?

CAPÍTULO 6. CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Gráfico 6.1 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2)

Gráfico 6.2 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Equip. Base

Gráfico 6.3 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Equip. Especial

Gráfico 6.4 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Equip. Base Formativo

Gráfico 6.5 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Equip. Base Recreativo

Gráfico 6.6 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Grandes Jogos Formativos

Gráfico 6.7 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Grandes Jogos Recreativos

Gráfico 6.8 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Pistas de Atletismo Formativas

Gráfico 6.9 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Pistas de Atletismo Recreativas

Gráfico 6.10 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Pequenos Jogos Formativos

Gráfico 6.11 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Pequenos Jogos Recreativos

Gráfico 6.12 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Campos de Ténis Formativos

Gráfico 6.13 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m2) – Campos de Ténis Recreativos

Gráfico 6.14 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Pavilhões e Salas de Desporto Formativos

Gráfico 6.15 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Pavilhões e Salas de Desporto Recreativos

Gráfico 6.16 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Tanques Desportivos Formativos

Gráfico 6.17 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Tanques Desportivos Recreativos

Gráfico 6.18 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Piscinas

Gráfico 6.19 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Piscinas Cobertas

Gráfico 6.20 – Área Desportiva Útil Total por Habitante (m²) – Piscinas Descobertas



CONCEITOS BASE

Conceito	Definição
Área de Influência	Área delimitada pelos pontos do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor da irradiação. Para a delimitação da Área de Influência, a medição da irradiação é feita sobre as vias de comunicação, tendo em atenção tanto as condições físicas do território (morfologia), como a rede de transportes públicos. A área de influência poderá corresponder ao bairro ou localidade, mas também poderá abranger o total do território nacional. Em muitos casos a área de influência será o espaço da localidade e o vínculo existente faz-se pela via da residência dos utilizadores ou pela via do local de trabalho, embora possa ser utilizado um critério diferente.
Complexo desportivo	Conjunto de instalações de diferentes tipos, localizadas no mesmo espaço que podem ser complementadas por serviços de apoio (bar, restauração, áreas de lazer, ou outras)
Critérios de Dimensionamento	Indicadores que permitem calcular as dimensões dos equipamentos. Com os critérios de dimensionamento deve poder obter-se, pelo menos, a área de terreno e a área de construção: <ul style="list-style-type: none"> - Área desportiva útil (ADU) – área do espaço efectivamente destinada à prática desportiva em cada recint, sendo delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias. - Área de implantação (AI) – compreende a dimensão funcional útil acrescida das áreas para serviços de apoio e circulações interiores. - Área de reserva urbanística (ARU) – corresponde à área mínima de terreno a prever para a implementação do equipamento, incluindo edifícios e áreas livres envolventes..
Critério de Localização	Define as condições a ter em conta na escolha e na da localização dos equipamentos. Essas condições referem-se sobretudo a complementaridades e incompatibilidades com outros estabelecimentos, bem como a características especiais a que os locais deverão obedecer.
Entidades de suporte	<ul style="list-style-type: none"> - Entidade Proprietária – é a entidade que detém a propriedade do equipamento, isto é, da estrutura física a partir da qual se desenvolvem os serviços desportivos. - Entidade Gestora – é a entidade que gere os vários serviços desportivos que são prestados a equipamento. <p>Na maior parte dos casos a Entidade Proprietária e a Entidade Gestora do equipamento são as mesmas. No entanto, existem casos em que a gestão dos equipamentos é entregue pelo proprietário a instituições especializadas para o efeito.</p>
Instalação Desportiva	Espaços de acesso público organizados para a prática de actividades desportivas, constituídos por espaços naturais ou adaptados, ou espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares. Exemplo: um espaço desportivo, composto por uma ou mais unidades desportivas (sala de desporto, grande campo, piscina, etc.) e respectivos anexos (gabinetes, vestiários, bar, etc.). As instalações desportivas podem ser: <ul style="list-style-type: none"> - Integradas, quando se encontrem inseridas num estabelecimento de ensino, num complexo habitacional (com habitações na sua envolvente), num complexo turístico (espaço de lazer) ou num complexo desportivo/recreativo (espaço com duas ou mais instalações

Conceito	Definição
	desportivas/recreativas). - Autónomas quando constituídas pelos espaços desportivos isolados.
Irradiação	Valor máximo de tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utilizadores desde o local de origem (em geral a residência) e o equipamento (destino), a pé ou utilizando transportes públicos. A irradiação mede-se em minutos ou em quilómetros.
População base	A população – base é a população que serve de suporte a uma "unidade mínima" de equipamento cujas dimensões e características representam o limiar a partir do qual se verificam condições de viabilidade económica e funcional. Valor de população a partir do qual se justifica a criação de determinado equipamento. Este valor pode ser indicado, de um modo genérico, em número de habitantes, ou mais detalhadamente, num seu subconjunto, um determinado estrato populacional, ou mesmo em número de utentes do equipamento.
Recinto desportivo	Área de prática desportiva, incluindo os seus anexos funcionais (arrecadações, balneários, etc);
Taxa de Cobertura	Indicador de qualidade da cobertura territorial por equipamentos desportivos traduzida na relação ADU/Hab aplicada a uma determinada área





Cascais
Câmara Municipal

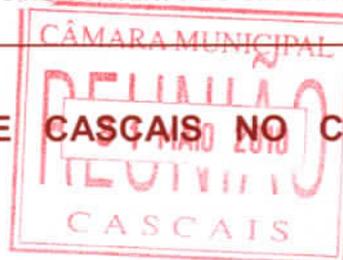
CARTA DE DESPORTO DE CASCAIS

RELATÓRIO



estudos e processos de investigação e de
engenharia social, Lda

1. A CARTA DE DESPORTO DE CASCAIS NO CONTEXTO DO TERRITÓRIO



1.1. O CONCEITO DE DESPORTO

São vários e diferentes os conceitos existentes sobre desporto por força da diversidade de áreas científicas que estudam o fenómeno desportivo.

Por um lado, entendido enquanto uma actividade física, o desporto é encarado pelas ciências biológicas como um fenómeno natural, sendo necessário um estudo ao nível das transformações operadas nos sistemas do corpo humano.

Por outro lado, as ciências sociais – e a sociologia em particular – partem do pressuposto de que os indivíduos são seres sociais, entendidos como actores sociais e que, portanto, estão inseridos no espaço social, sendo sujeitos a um conjunto de influências que condicionam e estruturam a sua acção

Logo, o desporto é um fenómeno que não tem existência para além dos indivíduos que o exercem, isto é, *«apresenta-se (...) como uma configuração social que assume a forma de sistema, onde interagem indivíduos com diferentes níveis de participação e poder, diferentes práticas desportivas, diferentes valores, e diferentes níveis de organização (...)»* (MARIVOET: 2002a: 15). O fenómeno desportivo é, portanto, um espaço social, produzido pelos indivíduos.

Definir o conceito de Desporto implica pois **delimitar as práticas que são consideradas desportivas e analisar o contexto de desenvolvimento do desporto**, o seu papel no interior da sociedade, na medida em que este não se encontra desintegrado da história, nem das formações e transformações sociais que dela fazem parte, uma vez que, *«dentre os aspectos caracterizadores da sociedade, particularmente da sociedade contemporânea, um dos que melhor a identificam é, inquestionavelmente, o da “mudança” – mudança que é nela constante.»* (SOUSA in MARIVOET et al.: 2002b: 11).



O que significa que, tal como a sociedade, o desporto também se apresenta como um sistema mutável às transformações que de uma forma lenta, ou rápida se têm vindo a verificar nas sociedades.

De facto, desde a Grécia Antiga até aos dias de hoje, o desporto tem passado por várias alterações. Contudo, é no **século XIX** que nasce **o desporto moderno**, um desporto que **se afirma pela codificação e institucionalização das suas práticas, através de regras e normas para as acções desportivas.**

Na verdade, na primeira metade desse século, quem procurava definir o que era ou não considerado desporto argumentava que as práticas eram desportivas quando se encontrassem institucionalizadas, isto é, fossem organizadas e contemplassem regras e normas de funcionamento, permitindo uma avaliação das performances, mas que também, de acordo com os novos valores, considerassem uma dimensão lúdica.

Deste modo, segundo **Brohm**, o autor da Sociologia do Desporto,

«O desporto é um sistema institucionalizado de práticas competitivas, com dominante física, delimitadas, codificadas, regulamentadas convencionalmente cujo objectivo é, sobre a base da comparação de performances, de proezas, de demonstrações, de prestações físicas, de denotar o melhor concorrente (o campeão) ou de registar a melhor performance (record).» (cit in MARIVOET: 2002a: 27)

Actualmente, o desporto pode ser entendido, como de resto está expresso na Carta Europeia do Desporto, como,

«Todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis». (Art.º 2º, nº 1)

Ou ainda, de acordo com a ONU,

«Entende-se por "desporto" todas as formas de actividade física que contribuem para a melhoria da condição física, bem-estar mental e interacções sociais. Isto inclui o jogo; a recreação; o desporto organizado, ocasional ou competitivo; e os desportos e jogos tradicionais.»



O Desporto é, portanto, encarado como um **fenómeno colectivo**, que depende da acção dos indivíduos e, mesmo quando o indivíduo compete contra si mesmo, pressupõe um desafio à superação das suas próprias capacidades e das dos outros. Além disso, o desporto representa cada vez mais um factor de unificação, de espírito de grupo.

De um modo geral, o desporto é:

- *E cada vez mais, a preocupação constante do homem com o seu corpo e a sua saúde, o que faz crescer exponencialmente o número de praticantes do exercício físico nos ginásios, nos recintos do bairro, no próprio espaço público, nas pistas de jogging, nas ciclovias e nos parques urbanos.*
- *O Desporto é um enorme negócio com uma multiplicidade de ramificações, que vai do desporto profissional à moda, do marketing ao multimédia, ao próprio negócio imobiliário, como é o caso dos campos de golf e das marinas de recreio.*
- *E, além disso, o desporto é um fabuloso tema de entretenimento e comunicação que, através dos media, preenche cada vez mais a vida dos cidadãos.*

Fonte: SALGADO: 2005: 24 e 25

1.2 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E TERRITÓRIO

O conhecimento do Território constitui hoje um factor fundamental nas questões do Planeamento e do Ordenamento do Território e, nunca como agora, o estudo preciso da ocupação do solo, a nível concelhio, regional ou mesmo nacional, se impôs com tamanha força.

A necessidade de planificar novos investimentos, tendentes à implementação de infra-estruturas, tanto em municípios que apresentam deficiências e distorções graves, como em perspectivas de investimentos intermunicipais ou regionais, é cada vez maior.

Assim, a tarefa de planear e conceber uma rede de equipamentos desportivos, que satisfaça a procura por parte dos diferentes segmentos da população, impõe um prévio conhecimento e análise das características dos existentes, "obrigando", por essa razão, à inventariação e qualificação da totalidade dos equipamentos do território municipal.



Os **equipamentos colectivos**, de uma forma muito geral, podem ser definidos como sendo as **edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações**” (DGOTDU: 2002: 6).

Estes são constituídos por infra-estruturas criadas pelo Homem, ou adaptadas, para o uso e apropriação de um conjunto de indivíduos que, de maneira geral, partilham os mesmos interesses e motivações. Contudo, esses equipamentos colectivos podem possuir diversas naturezas, assim como variados fins e diferentes alvos.

*«A importância dos equipamentos colectivos no funcionamento do sistema urbano advém em primeiro lugar da sua finalidade social. São eles as estruturas através das quais se desencadeiam as acções – públicas, privadas ou corporativas – para satisfação das necessidades de bem-estar fisiológico, sócio-cultural e ecológico das populações. O acesso aos equipamentos colectivos constitui nesta linha um domínio determinante na **qualidade de vida**.»* (CASTRO: 2003: 121, 122¹)

De acordo com Vázquez, a importância dos equipamentos colectivos na análise da qualidade de vida, deve-se a três características:

- A importância na estruturação de padrões de consumo e de vivência diária da população urbana, ligada às condições de oferta em termos de capacidade e eficiência, da diversidade e da distribuição espacial;
- O seu potencial papel enquanto estímulo ao desenvolvimento urbano, na medida em que contribuem para a valorização da qualidade de vivência urbana, reforçando a atracção e a fixação dos recursos humanos qualificados;
- A sua função de estruturação e coesão do(s) espaço(s) urbano(s) tanto pelas condições de localização intra-urbana que requerem, como pelas lógicas de interacção espacial que impõem ou determinam.

Fonte: CASTRO: 2003: 122²

Existe uma grande variedade de equipamentos, tanto ao nível da tipologia – os serviços oferecidos – como das áreas de influência – relacionadas com a capacidade e eficiência da oferta – que *«configuram formas diferentes e específicas de apropriação, vivência urbana e pertença territorial que tendem a assumir diferentes impactos sócio-urbanísticos»* (CASTRO: 2003: 123³).

¹ In Referências Documentais

² Idem

³ Idem



1.3 RAZÃO E OBJECTIVOS DA CARTA DE DESPORTO

«Falar de **Equipamentos Desportivos e Território** e das suas articulações na perspectiva da prática de actividades físico-desportivas é, antes de tudo o mais, relacionar as **pessoas** e os seus direitos com a distribuição de oportunidades que lhes são oferecidas no domínio da **prática desportiva**. Relacionamos assim as populações e os seus interesses desportivos com as possibilidades de acesso, capacidades e valências que os equipamentos lhes podem proporcionar e reconhecemos também os desequilíbrios, por ausência ou acumulação, que daí possam resultar enquanto primeiro passo norteador de possíveis intervenções.» (BESSA: 2005: 1)⁴

De facto, o território é, actualmente, «(...) a entidade suporte, de integração e síntese de toda a actividade humana.» (FERREIRA cit in BESSA: 2005: 1). Todavia, o território não é homogéneo, o que obriga a uma análise diferenciada, consoante as suas características próprias. Por vezes, essa heterogeneidade faz com que o território seja tratado como um conjunto de espaços interdependentes, ignorando assim as suas inter-relações e complementaridades.

O crescimento urbano “desenfreado” que nas últimas décadas se verificou, provocou algumas consequências visíveis, nomeadamente ao nível do acesso a determinados equipamentos colectivos, entre os quais os desportivos

Como já anteriormente se constatou, é necessário intervir ao nível do planeamento e ordenamento do território de forma a garantir um acesso equitativo e equilibrado da população aos diversos bens e serviços oferecidos pelos diferentes equipamentos colectivos

Sendo assim, a localização de implementação de um **equipamento colectivo** deve ter em atenção vários indicadores de caracterização das **dimensões morfológicas, demográficas e socioeconómicas** da zona sobre a qual se pretende intervir, permitindo a obtenção de uma visão integrada e completa da área.

A Carta de Desporto surge como resposta a estas necessidades enquanto instrumento estratégico de intervenção territorial, subjacente a todo um processo de desenvolvimento local, inerente à procura de uma maior articulação das respostas no âmbito desportivo, promovendo critérios de eficiência, equidade e garantia dessas mesmas respostas.

⁴ In Referências Documentais



No quadro dos Instrumentos de Gestão do Território, a Carta de Desporto pode ser considerada um Plano Sectorial de Iniciativa Municipal, de enquadramento do *“desenvolvimento desportivo do Município, promovendo os serviços prestados à população, com critérios de equilíbrio e justiça em termos de distribuição espacial, de dimensionamento e programação dos mesmos.*

Pretende-se que a Carta de Desporto seja um **instrumento apropriável** não só pelos técnicos e profissionais que trabalham nesta área, mas também pela população em geral, de forma a possibilitar um maior e mais facilitado acesso à informação relativa à distribuição e consequente capacidade de resposta da rede de equipamentos e serviços desportivos, nas diferentes abrangências territoriais.

Neste contexto, a Carta Desportiva tem como objectivo principal estabelecer a **base de gestão das respostas na área do desporto**, funcionando como instrumento de suporte para a investigação, como facilitadora no acesso à informação pelos cidadãos e como ferramenta de sustentação à tomada de decisão.

A sua finalidade última traduz-se na satisfação das necessidades da comunidade, contribuindo para a transparência e acessibilidade da informação junto dos cidadãos no que respeita aos espaços e serviços disponíveis.

Por outro lado, esta transparência, traduzida no retrato conjugado entre recursos, condições, potencialidades e necessidades, potencia uma dinâmica de planeamento mais eficaz em relação aos investimentos que se pretendem aplicar e a eventuais respostas que se queiram criar, contribuindo para uma actuação mais facilitada e abrangente dos promotores e intervenientes (agentes).

Em síntese, pode referir-se que a Carta de Desporto, ao incluir e entrecruzar toda a Rede de Equipamentos e Serviços Desportivos existentes no Território Municipal, permite **identificar localizações** (dando a conhecer a estrutura da rede), **valências** (sistematizando a oferta existente) e **capacidade de cobertura** (mediante a caracterização articulada entre oferta e procura), possibilitando aferir uma **visão integrada e articulada do Desporto no concelho**, potenciando uma maior coerência do planeamento e gestão aplicados.



A Carta do Desporto deve assumir-se como instrumento e prática de planeamento dinâmico, aplicável num determinado horizonte temporal, mas devendo ser interpretada como um projecto em permanente evolução, capaz de ser continuamente avaliada e actualizada.

1.4 A CARTA DE DESPORTO DE CASCAIS ENQUANTO INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

A decisão de proceder à elaboração da Carta de Desporto do Município de Cascais resulta da necessidade da Autarquia dispor de "um instrumento de desenvolvimento desportivo do Município, promovendo os serviços prestados à população, com critérios de equilíbrio e justiça em termos de distribuição espacial, de dimensionamento e programação dos mesmos" (§2 do art.º 14º do Caderno de Encargos).

A Carta de Desporto surge como um instrumento estratégico:

- Subjacente a todo um processo de desenvolvimento local incidente sobre a prática desportiva
- Inerente à procura de uma maior articulação das respostas no âmbito desportivo
- Promovendo critérios de eficiência, equidade e garantia dessas mesmas respostas.

Os objectivos do planeamento estratégico consistem em consubstanciar um quadro de acções e medidas, que englobe a participação dos diversos actores políticos, sociais e económicos, fundamentais no enquadramento prospectivo, onde se identifiquem os respectivos constrangimentos, a par das oportunidades e potencialidades presentes e futuras para, neste caso, a promoção da prática desportiva.

Deste modo, a **Carta de Desporto de Cascais, enquanto instrumento de planeamento estratégico aplicado ao Desporto**, constitui uma ferramenta indispensável à tomada de decisões que permitam a promoção da prática desportiva ao nível das políticas de médio e longo prazo, promovendo a resolução de problemas organizativos e contribuindo para a cooperação entre as entidades públicas e os restantes agentes promotores do desporto no Concelho.



Realça-se o carácter voluntarista e indicativo do planeamento estratégico, através do permanente apelo à participação e ao diálogo entre os vários actores intervenientes no processo, através da obtenção de consensos quanto ao diagnóstico efectuado e quanto às soluções a implementar.

Em suma, a concepção e implementação da Carta de Desporto tem por base o entendimento de que a **eficácia do planeamento se estende para além do próprio documento produzido**, quer pela sua aplicabilidade, quer ainda pelo modo como reflecte e integra as necessidades e expectativas da comunidade à qual se dirige, devendo:

- **Procurar soluções que respondam às especificidades da procura e da oferta desportiva no Município**, ajustadas à identidade e perspectivas de desenvolvimento do território e que conduzam a um **novo modelo de gestão e intervenção desportiva**;
- **Promover a participação activa dos agentes políticos, sociais e económicos** nas várias fases de realização e aplicação da Carta, com vista à obtenção de um fórum que permita **gerir as expectativas e ambições** dos vários intervenientes e **mobilizar as vontades** quanto às opções adoptadas e aos meios disponibilizados para as concretizar;
- **Explicitar e compatibilizar as políticas e estratégias de intervenção traçadas para o Município no âmbito desportivo** e propor acções que promovam o desenvolvimento da prática desportiva, em articulação com o Plano Director Municipal (que se encontra em revisão) e outros instrumentos e estudos relevantes.

1.5 LINHAS ORIENTADORAS

No sentido de promover a realização da Carta de Desporto do Município numa **lógica integradora**, pretende-se que o planeamento da rede desportiva venha a considerar as **relações entre as valências dos diversos equipamentos** e não apenas a realidade de cada um.

Esta orientação visa conseguir uma melhor homogeneidade nos critérios de planeamento e nos resultados finais, resultante de um levantamento exaustivo e rigoroso das **'instalações desportivas de uso público, independentemente da sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos'** que integram a rede de equipamentos e serviços presentes no território concelhio:



Para o efeito, a Carta deve assumir **cinco grandes eixos orientadores**:

- **A concretização das estratégias** - delinear opções de intervenção e promoção de um maior equilíbrio e adequação entre oferta e procura no âmbito das políticas sociais locais; e definir orientações para uma melhor distribuição espacial, organização e qualificação dos Equipamentos;
- **O enquadramento normativo** - identificar normas e orientações a adoptar, ajustando indicadores e conceitos às condições específicas do Município;
- **A programação das intervenções** - estabelecer metas, identificando meios e definindo prioridades para o horizonte temporal de aplicação da Carta;
- **A concertação dos interesses** entre os vários actores institucionais, públicos e privados e a **contratualização da execução** das acções necessárias à concretização da Carta;
- **Gestão da implementação com recurso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação** – criação de um processo de monitorização da Carta fundado em **Sistema de Informação Geográfica**.

Considerando a sua abrangência, a Carta do Desporto do Município de Cascais deve ainda ser **inserida no contexto mais amplo do ordenamento territorial e do desenvolvimento social do Município**, e não pode ficar desligada dos demais instrumentos que integram o sistema de planeamento e gestão do território municipal, pelo que deve ser compatibilizada com os planos de ordenamento e desenvolvimento estratégico existentes em Cascais, nomeadamente o Plano Director Municipal.

A concertação com estes instrumentos de planeamento deve permitir:

1. **Orientar a expansão da Rede de Equipamentos e Serviços na Área do Desporto em função do desenvolvimento das redes urbanas** presentes no território municipal;
2. **Desenvolver a Rede de Equipamentos e Serviços na Área do Desporto em consonância com o desenvolvimento económico e sócio-cultural**, de que constitui componente dinâmica;
3. **Optimizar a funcionalidade** da Rede de Equipamentos e Serviços na Área do Desporto, através da construção de novos equipamentos, encerramento, reconversão e adaptação de outros em função das perspectivas de desenvolvimento urbano.

4. **Definir prioridades de investimento** na Rede de Equipamentos e Serviços na Área do Desporto;
5. **Optimizar a utilização dos recursos disponíveis** no âmbito das valências integrantes da Rede de Equipamentos e Serviços na Área do Desporto;
6. **Adequar a Rede de Equipamentos e Serviços na Área do Desporto à dinâmica e ao desenvolvimento urbanístico** do Município.
7. **Valorizar e enquadrar experiências em curso.**

